

anco privado com rede eletrônica nacional.

Entendimento pressupõe credibilidade e respeito à cidadania

Adauto Ponte*

O desfecho é previsível. Dirão que a Nação não esteve à altura do entendimento. Que empresários não foram capazes de aproveitar o histórico momento de liberação de preços, que políticos não compreenderam o gesto da mão estendida.



O fato é que os empresários não aceitam a recessão — que mais uma vez demonstra na prática sua ineficácia como estratégia de estabilização econômica. Também estão fartos de apelos ao entendimento. Não se suplica o entendimento.

Estabilização econômica, entendimento, política de rendas — tudo isso se conquista com credibilidade, seriedade e respeito ao voto dos cidadãos.

No entanto, recusamo-nos a sentar na arquibancada e ver o circo pegar fogo. Até porque a lona vai desabar indistintamente em cima da cabeça dos que estiverem no picadeiro, nos camarotes e nas arquibancadas.

É possível adotar uma série de reformas já. Não há por que esperar o próximo mandato presidencial. É imperiosa a adoção imediata de reformas que desenvolvam um grande mercado nacional, sustentado num melhor perfil de distribuição de renda e do conhecimento.

A atual política de juros altos apenas desloca ainda mais riqueza para os detentores de capital. Com liquidez folgada, uma minoria da população que vive de rendas financeiras é capaz de pagar qualquer preço por qualquer bem ou serviço. Os "fornecedores" desta casta privilegiada não têm por que aumentar a produção. Basta colocar os preços na estratosfera.

Enquanto isso, o resto da Nação se acotovela num conflito distributivo para sobreviver. Em nome da dignidade nacional, precisamos reverter definitivamente este modelo econômico concentrador.

Que estamos esperando para acabar com esses 30% de participação dos salários na renda nacional, que nos aproximam

de uma sociedade pós-escravagista? Nos países desenvolvidos, essa participação é de 70%. Aqui, em nome da modernidade, os planos Collor 1 e 2 fizeram cair ainda mais esse percentual.

A distribuição de renda no Brasil fica ainda mais escandalosa se computarmos as rendas ilegítimas e portanto não contabilizadas, tais como subornos, comissões pagas em troca de favores, falcaturas, golpes, furtos, roubos, resgates.

É impossível imaginar uma economia estável nesse cenário de desperdício e frustração onde a moeda sequer é respeitada em sua função essencial de viabilizar a troca de bens e serviços.

Junto com a renda, precisamos recuperar o Conhecimento Nacional Bruto. Com renda e conhecimento, o brasileiro recuperará dignidade e cidadania. Isto, entretanto, exige a reformulação do conceito de segurança nacional. Hoje, nosso maior inimigo não é uma ameaça ideológica ou militar. Nosso maior inimigo é a ignorância. Essa mesma ignorância que, por candura e falta de informação, vem elegendo corruptos e sedutores.

Vamos acabar com o serviço militar obrigatório e instituir um serviço educacional compulsório.

Vamos eliminar também essa avalanche de mais de cinquenta impostos, taxas e contribuições parafiscais. Vamos pôr fim ao desperdício de processar e arrecadar impostos. Basta reduzir o número de tributos. Vamos também taxar menos o consumo e assim incentivar a produção. É preciso diminuir os impostos indiretos, através dos quais os que ganham menos acabam contribuindo proporcionalmente muito mais.

Não podemos esquecer de atacar diretamente um último e forte constrangimento nacional: a impunidade.

Precisamos agilizar o sistema judiciário para que a punição fique, no tempo, mais próxima da ocorrência do delito. Sem isso, a lei continuará deixando de cumprir sua função. Punir o culpado imediatamente depois do crime é sinalizar à sociedade que há vigilância para o exercício da liberdade e da cidadania.

* Presidente da Associação Brasileira de Fundação (Abifa).

23 NOV 1991